



DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AS PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Silmai Lazaro Neves Dutra¹
Emilia Oliveira Rodrigues²
Douglas Ribeiro Barboza³

RESUMO:

O desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial experimentou drásticas modificações ao adentrar-se em sua fase imperialista revelando ingerências na conformação dos Estados nacionais. Tal desenvolvimento impactou na histórica formação do Estado Brasileiro e na atuação deste sobre as expressões da questão social. Tal atuação, no cenário atual, se dá de modo particular levando em consideração a relação entre a história do conservantismo sociocultural/político das nossas elites e a atual ofensiva do capital monopolista/financeiro ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento Capitalista; ampliação do Estado; Estado brasileiro; Questão social;

ABSTRACT:

The development of capitalism worldwide has experienced drastic changes when entering into revealing its imperialist phase interference in the formation of national states. This development has impacted on the historic formation of the Brazilian State and the action on the expression of this social issue. This action, in the current scenario, occurs in particular taking into account the relationship between the history of conservatism sociocultural / political elites and our current offensive of monopoly capital / financial world to work.

Keywords: Capitalist Development; expansion of the state; Brazilian state; Social Issues;

¹ Estudante. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Email: silmaidutra@hotmail.com

² Estudante. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

³ Estudante. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)



I – INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto da inserção como bolsista de iniciação científica no projeto de pesquisa “Democracia, Desenvolvimento Capitalista e as Lutas dos Trabalhadores no Brasil” (UFOP/PROBIC/FAPEMIG) e como integrantes do Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB). A partir do interesse na discussão do papel do Estado e em suas formas de intervenção nos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo, buscamos analisar a temática da construção do Estado Brasileiro e de sua atuação sobre as expressões da questão social⁴, ressaltando suas práticas conservadoras, antidemocráticas e elitistas. Considerando-se o grau de desenvolvimento e transformações ocorridas no modo de produção capitalista desde sua passagem à fase imperialista, faz-se necessário retomar alguns conceitos de extrema relevância da contribuição de Antonio Gramsci para desvelarmos as particularidades relativas à mudança do papel do Estado no interior da sociedade capitalista, no que diz respeito ao controle e neutralização das reivindicações das classes trabalhadoras.

II. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AMPLIAÇÃO DO ESTADO NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

A partir do terço final do século XIX, com a passagem do capitalismo do seu estágio concorrencial ao estágio monopolista, fatores como o avanço das inovações tecnológicas e o alto grau de centralização e concentração do capital elevam a capacidade da produção, exponencialmente, acentuando a contradição entre este desenvolvimento e a sua apropriação privada por uma classe. Com a entrada do capitalismo no seu período

⁴ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO, 2012, p. 168).



monopolista e com o processo de desenvolvimento da democracia política, as exigências democráticas efetuadas através da pressão dos trabalhadores (via organização sindical e partidária), em face do movimento de concentração e centralização do capital, obriga o Estado burguês a não mais encaminhar a sua intervenção de modo repressivo, mas sim dimensionar a sua ação integradora-coesiva de forma a assimilá-la às exigências da ordem monopolista. Marx, Engels e Lênin, ao examinarem a estrutura do Estado, já nos deixaram claro que a gênese do mesmo reside na divisão da sociedade em classes decorrente das relações sociais de produção – e que, por esta razão, ele só existe quando e enquanto existir essa divisão. Indicando na repressão - o monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência - como o modo pelo qual o Estado faz valer essa sua natureza de classe. Os clássicos do marxismo apontam como função deste Estado a conservação e reprodução de tal divisão, garantindo assim que os interesses de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade. Dando prosseguimento a teoria dos clássicos, mas numa nova etapa do capitalismo, Gramsci visava que o crescente protagonismo demonstrado pelos movimentos que despontavam das iniciativas populares no interior da “estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil” (INGRAO, 1980, p. 152), favorecia a expansão da sociedade civil e revolucionavam totalmente a concepção do Estado: partindo precisamente do reconhecimento da socialização política (expressões como o sufrágio universal, surgimento de partidos operários de massa, sindicatos etc.) no capitalismo desenvolvido, Gramsci expõe o que foi convencionalmente denominado como sua concepção ampliada do Estado.

Para o pensador italiano, além do aparelho de governo, o Estado também compreende “o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, 3, p. 154-155). Em outros termos, ao “Estado em sentido estrito” (ou, *sociedade política*) se integra também o “conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”, os quais Gramsci designou como *sociedade civil* (Ibidem, 2, p. 20), constituindo-se, assim, como dois momentos da superestrutura que estão em permanente relação dialética. Ambas, conjuntamente, formam o Estado “no significado integral ditadura + hegemonia” (Ibidem, 3, p. 257) e servem para efetuar um processo de conservação ou promoção de uma determinada base econômica (em consonância com os interesses de uma classe social fundamental). Todavia, nesses dois momentos, o *modo* de realizar esse processo e a *materialidade* (*sócio-institucional*) se apresentam de forma diferenciada: 1) A *sociedade*



política corresponde à função “de ‘domínio direto’ ou de comando, que se exprime no Estado e no Governo jurídico” (Ibidem, 2, p. 21), isto é, está constituída pelos órgãos da superestrutura encarregados de implementar a função de *dominação* mediante *coerção*, identificados com o conjunto de mecanismos pelos quais a classe dominante concentra o monopólio legal da repressão e da violência, e controlados pelas burocracias executiva e policial-militar (o Governo, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público etc.). 2) A *sociedade civil* corresponde “à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (Ibidem), ou seja, é o lugar onde se decide a hegemonia, onde se confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, na política e na cultura. É conformada pelo conjunto de organismos que possibilitam a *direção* intelectual e moral do conjunto social, mediante a formação do *consenso* e a adesão das classes dominadas. Estes múltiplos organismos usualmente considerados como “privados” são de caráter não apenas cultural, educativo e religioso, mas também político e econômico (o sistema escolar, as Igrejas, as diversas organizações sociais, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação em geral), e são responsáveis pela elaboração e/ou difusão da ideologia, dos interesses e dos valores da classe que domina o Estado; isto é, pela formação da vontade coletiva, pela articulação material da cultura, e pela organização do consentimento e da adesão daqueles que a classe busca conquistar como aliados para suas posições.

Seguindo as análises de Coutinho (1999, p. 129), a ampliação da socialização da política acarretou na necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação, processo este que influiu na criação e/ou renovação de determinadas objetivações ou instituições sociais, as quais passaram a funcionar “como portadores materiais específicos [...] das relações sociais de hegemonia”, que possuem uma certa autonomia em relação à sociedade política, e é justamente essa independência material que marca o fundamento ontológico da sociedade civil e que, ao mesmo tempo, a distingue como uma esfera com estrutura e legalidade próprias. Mas é importante perceber que a importância da reflexão de Gramsci não consiste numa concepção da sociedade civil como um espaço situado fora do Estado e da economia, mas sim, contrariamente, no esforço em estabelecer justamente uma interação entre esses três momentos, de forma a não reduzir a sociedade civil apenas à sua dimensão ideológica, nem mesmo excluindo o aspecto econômico. Podemos dizer que a Sociedade Civil, é a esfera de mediação entre a



infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito. E é neste âmbito onde a hegemonia é constituída e disputada pelos sujeitos que a compõe; ou seja, é neste espaço que as classes buscam exercer sua hegemonia. Tendo em vista que o modo de produção capitalista não consegue mais se manter exclusivamente pelo aspecto econômico, é no âmbito da sociedade civil e na disputa pela hegemonia que as classes dominantes, na dinâmica da correlação de forças existente na sociedade, alicerça sua ideologia de naturalização da ordem social vigente, conhecimento, cultura, forma de produzir a vida e uma “nova forma” de pensar.

III. A PARTICULARIDADE DO ESTADO BRASILEIRO E PRESSUPOSTOS PARA A RADICALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Categorias de análise Gramscianas podem ser utilizadas para melhor compreensão da formação sócio-histórica brasileira nas diferentes etapas de desenvolvimento capitalista. Sem a tentativa de transportar mecanicamente a realidade europeia aos processos de desenvolvimento capitalista no Brasil, podemos observar que a inserção do país no processo mais amplo de desenvolvimento do capital se deu de forma dependente e subordinada aos ditames do capital em âmbito internacional. (FERNANDES, 2006).

A partir da forma peculiar através da qual se forjou a conformação do Estado sob a égide do capitalismo monopolista, percebe-se que, no Brasil, a questão social se refrata de inúmeras e diferentes maneiras. Tais particularidades conformam-se sob uma herança colonial e patrimonialista, sob a qual o Estado (sempre representante hegemônico das elites dominantes e de suas franjas) desempenhou o papel de protagonista na busca de diminuir ou neutralizar as possíveis problemáticas ou ingerências populares decorrentes do desenvolvimento interno do capitalismo, através de soluções tomadas nos modelos de “revoluções pelo alto”, com a crescente exclusão das massas destituídas de cidadania social, combinando práticas assistencialistas e repressivas.

A classe dominante se apoiou num Estado forte que excluiu as massas das decisões, predominando as formas coercitivas, da sociedade política em detrimento da



sociedade civil. O braço coercitivo do Estado classista sempre interveio reprimindo as lutas dos trabalhadores. Lutas e resistências que se expressaram em diferentes movimentos sociais pisoteados pela repressão estatal, mas que sempre demonstraram sua rebeldia à dominação. Seguindo a trilha interpretativa de Ianni, Marilda Iamamoto (2012, p.134-135) afirma que “os de baixo” nunca deixaram de “reivindicar, protestar e lutar”, contribuindo, na ofensiva e pelo avesso, para a construção do Estado forte, que se desenvolve ao longo da revolução burguesa no Brasil.

A modernização brasileira e seu desenvolvimento capitalista podem ser compreendidos através das formulações gramscianas sobre as formas de “revolução passiva”, onde a sociedade brasileira (e seu Estado) se modernizou por meio de uma série de reformas “pelo alto”, num processo de “modernização conservadora”, diferentemente das revoluções de tipo “jacobino”. No Brasil, o caminho seguido foi o da via reformista.

Se, desde a primeira República, já se revelava o caráter oligárquico do bloco do poder, ao longo da chamada “revolução de 1930”, pode-se perceber como a velha oligarquia agrária apenas se recompôs, modernizou-se economicamente e refez suas alianças para permanecer neste bloco, exercendo influência para a conformação das bases conservadoras da dominação burguesa no país. (IAMAMOTO, 2012, p. 135). “A incorporação do liberalismo à brasileira” se deu pela associação entre liberalismo e autocracia e não pela via tradicional das revoluções burguesas clássicas, ou seja, pela associação do liberalismo com a “democracia.” Como afirma Fernandes (2006), a oligarquia brasileira foi quem levou a cabo a revolução burguesa no Brasil e a burguesia conseguiu sua modernização no campo econômico, eximindo-se de tal processo no campo político. A eminente burguesia do século XX se ajustou e se fortaleceu em certa medida sem precisar romper com o “arcaico” na realidade brasileira e suas heranças conservadoras. Como afirma Iamamoto (2012), aqui o “moderno” se constrói por meio do “arcaico”. Nossa ordem burguesa marcadamente autoritária e antidemocrática revela, desde o Império, raízes no conservantismo cultural e político. Tal peculiaridade levou o liberalismo a balizar suas reivindicações em uma base extremamente conservadora (FREIRE, 2012). . Não podemos deixar de fora desta análise o fato de que a cultura política brasileira recebeu de herança toda uma estrutura, cultura e comportamentos políticos acumulados historicamente e incorporados ao processo político, sendo então cristalizados durante o fluxo da “revolução passiva” no Brasil (Idem, 165). Portanto, o processo histórico imprimido pela revolução



burguesa não configurou uma tradição política e nem contou com uma cultura democrática, nem mesmo nos moldes das vertentes liberais.

O modelo de “revolução pelo alto” traz à tona o fortalecimento da “sociedade política”, do braço coercitivo do Estado, de seus mecanismos de dominação. Tal conformação estatal nos sugere a tentativa dos governos e da burguesa de adquirir um consenso mínimo, por um lado através dos seus intelectuais - ao afirmarem a tese de uma sociedade civil amorfa e frágil - e, por outro lado, quando a generalização das políticas sociais ocorrem, principalmente, nos chamados períodos ditatoriais. Além do fortalecimento das funções do Estado, tal processo de “revolução passiva” deixa à mostra o caráter antidemocrático de nossas elites.

O primeiro ponto que nos cabe desmistificar é que a classe subalterna nunca deixou de reivindicar, lutar e protestar, mas estas acabaram por contribuir na ofensiva e pelo avesso para a construção de um Estado forte (IAMAMOTO, 2012, p. 134-135). Um segundo ponto que merece destaque é que a legislação social se desenvolve como arma do Estado militar no trato da questão social, seja durante o Estado Novo, seja em 1964 (ressalvando as particularidades de cada ditadura). Daí a gestação de toda a parafernália institucional e burocrática para o “enfrentamento” às refrações da questão social. Fernandes (1995) nos explica que o conceito de “mudança social conservadora [...] pressupõe extermínio parcial ou global dos componentes reformistas radicais e revolucionários da inovação e da mudança” [...]. (Idem, p.147). E ainda nos alerta que mesmo tendo uma acentuada fase de desenvolvimentismo - ao mesmo tempo em que tivemos intentos “populistas” - , (entretanto) tal desenvolvimento acelerado adquiriu um padrão perverso na medida em que mesmo havendo transformações nas relações de classes e nas lutas de classes, não houve nenhuma alteração de grande monta na concentração de renda, riqueza e do poder (Idem, p.148). Mesmo após a proclamação da república onde estariam abertas as portas para que se realizassem os ideais democrático- formais do liberalismo, o que se conforma é uma revolução burguesa com o selo do mundo rural. Teoricamente o liberalismo é incorporado às relações econômicas, mas na prática política repeliu-se a igualdade jurídica e política. Portanto a burguesia conservadora consegue manter o *status quo* aliada à ingerência do grande capital nos negócios nacionais.

Ao nos reportarmos para o cenário contemporâneo, podemos compreender como a lógica neoliberal reforça algumas características históricas da formação brasileira.



As políticas de privatização e de canalização do fundo público para a iniciativa privada nacional e internacional, a cultura de desresponsabilização do Estado frente à questão social, o apelo ao Terceiro Setor, a refilantropização da questão social, as políticas assistencialistas combinadas à repressão policial, reforçam as formas políticas de apropriação da esfera pública de acordo com interesses particulares dos grupos dominantes. (FREIRE, 2012).

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iamamoto (2012) nos afirma que há uma desigualdade de temporalidades no Brasil pelo fato de se atualizar marcas persistentes da nossa herança colonial e patrimonialista articuladas e recolocadas no contexto de mundialização do capital. Tal fato radicaliza a questão social, pois afeta a economia, a política e a cultura, de forma que a modernidade das forças produtivas do trabalho social acaba por conviver com padrões retrógrados nas relações de trabalho. (idem, p, 129). O progresso se realiza no marco da ordem, o que muitos autores denominaram de modernização conservadora. Esta atribui transformações lentas e permite explicar como relações sociais arcaicas prevalecem na atualidade como a peonagem, a escravidão por dívida, os processos de dependência e subordinação ao exterior, os elementos não capitalistas incorporados à expansão do capital, dentre outros. [...] O país transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático. (idem, p. 131). A junção de uma expansão que se deu sob a dominação imperialista, mas que também se forjou num ambiente de desigualdade interno no que se refere ao desenvolvimento da sociedade nacional acabou por aprofundar a concentração regional, racial e social no que se refere ao poder, ao prestígio e a renda. O Estado, como instrumento da classe dominante aliada a seus parceiros externos, assume o papel decisivo no que diz respeito à unificação dos interesses das franjas burguesas, além de ser instrumento de difusão de seus interesses e ideologias. Tal conformação nos permite supor que a falta de vigor da democracia brasileira fez com que a sociedade civil fosse cada vez mais enfraquecida e subalternizada frente a um Estado forte, coercitivo e autoritário. (Ibidem, p. 135.).



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo*. Editora XAMÃ, São Paulo, 1995.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 5ª edição, 2006.

FREIRE, Silene de Moraes. Estado, democracia e questão social no Brasil. In: BRAVO.

PEREIRA, (orgs.) *Política social e democracia*. São Paulo: Cortez, -5ª ed- 2012.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 6 v.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CAPITAL FETICHE, capital financeiro, trabalho e questão social*. 7a. Ed, São Paulo: Cortez, 2012.

INGRAO, P. *As massas e o poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

LÊNIN, V. I. *O programa agrário da socialdemocracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. São Paulo: Livraria editora ciências Humanas, 1980, p. 24-37.